

Sumário

INTRODUÇÃO	33
------------------	----

PARTE I

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	37
1. Considerações iniciais.....	37
2. Sistema homogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.....	39
3. Sistema heterogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.....	41
3.1. As convenções da Organização Internacional do Trabalho	42
3.2. A Declaração de Genebra – Carta da Liga sobre a Criança de 1924	44
3.3. A Declaração dos Direitos da Criança de 1959.....	45
3.4. As regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing ou Regras de Pequim – o sistema de Justiça da Infância e da Juventude.....	47
3.5. Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.....	48
3.6. O protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantis	52
3.7. Sistema de Controle do Cumprimento dos Direitos Humanos de Crianças e o Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança	53
3.8. Comentários Gerais do Comitê dos Direitos da Criança.....	54
3.9. Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia).....	56
3.10. Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	58
4. Estatuto da Magistratura Brasileira Interamericana.....	59

PARTE II

COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	63
------------------------------------	----

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI N. 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990...	63
---	-----------

LIVRO I – PARTE GERAL	63
------------------------------------	-----------

☉ Título I – Das disposições preliminares	63
--	-----------

1. Introdução e evolução do tratamento jurídico conferido à criança e ao adolescente	64
2. Doutrina da proteção integral e o sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente (art. 1.º).....	65
3. Conceito de Direito da Criança e do Adolescente	71
4. Sistema valorativo do Direito da Criança e do Adolescente: postulado normativo, metaprincípios e princípios derivados.....	71
5. Definição de criança e adolescente (art. 2.º).....	77
6. Criança na primeira infância	78
7. Criança segundo a Convenção sobre Direitos da Criança (CSDC).....	79
8. Lei n. 12.685/2012 e o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação	79
9. Diferenças de tratamento entre criança e adolescente no Estatuto (arts. 2.º e outros).....	79
10. Igualdade de direitos entre meninos e meninas nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes	80
11. Capacidade civil, emancipação e reflexos nos direitos dispostos no Estatuto (art. 2.º).....	80
12. Aplicação do Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade (art. 2.º, parágrafo único)	80
13. Utilização da designação “menor”	83
14. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais (arts. 3.º e 5.º).....	84
15. Dever de efetivação de direitos de crianças e adolescentes (art. 4.º, § 1º)	85
16. Garantia da prioridade absoluta e ponderação de direitos (art. 4.º, § 1º)	89
17. A Assistência Afetiva e o Abandono Afetivo.....	91
17.1. Condutas Ilícitas contra a Criança e o Adolescente	91
17.2. A Assistência Afetiva e o Abandono Afetivo	92
18. Critérios de interpretação do Estatuto (art. 6.º)	95
19. Crianças e adolescentes indígenas.....	96
20. Parâmetros para Interpretação dos Direitos e Adequação dos Serviços Relacionados ao Atendimento de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais.....	97
21. Anotações gerais sobre a <i>Emenda da Juventude</i> – EC 65/2010.....	98
21.1. A Organização Ibero-americana de Juventude e a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens.....	98
21.2. A juventude e o art. 227 da CF.....	100
22. O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) e sua relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	102

2

DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE.....	103
----------------------------------	-----

☉ Título II Dos direitos fundamentais	103
--	------------

Capítulo I – Do direito à vida e à saúde	103
---	------------

1. Direito à vida e suas dimensões (art. 7.º)	108
2. Direito à vida e os abortos lícitos (art. 7.º)	108
3. Direito à vida e a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos (art. 7.º)	109
4. Direito à vida e pesquisas com células-tronco embrionárias (art. 7.º)	112
5. Atendimento às Crianças e aos Adolescentes com Câncer	114
5.1. Aspectos Gerais	114
5.2. Atendimento Especial às Crianças e Adolescentes com Câncer	115
6. Direito à saúde, políticas públicas, condições dignas de existência e a reserva do possível (art. 7.º)	115
7. Direito à saúde e a Convenção dos Direitos da Criança	121
8. Saúde da mulher, planejamento reprodutivo e atendimento adequado e humanizado à gestante (art. 8.º)	122
9. Direitos das crianças com mães em situação de privação de liberdade	125
10. Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência	125
11. Aleitamento materno (art. 9.º)	126
12. Obrigações dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes (art. 10)	127
13. Descumprimento das obrigações impostas aos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes	130
14. Descumprimento das obrigações impostas aos profissionais da saúde	130
15. Atendimento pelo Sistema Único de Saúde: assistência médica e odontológica e vacinação obrigatória (art. 11, <i>caput</i> , c.c. art. 14, <i>caput</i> e §§ 1.º a 5.º)	130
16. Crianças com deficiências e atendimento especializado (art. 11, §§ 1.º e 3.º)	132
17. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a criança e o adolescente	135
18. Atendimento às crianças e aos adolescentes com deficiência e o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos necessários (art. 11, § 2.º)	135
19. Acesso a programas de saúde mental	136
20. Permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável nos casos de internação de criança ou adolescente (art. 12)	136
21. O alcance da expressão “responsável” (arts. 12 e ss.)	137
22. Direito à visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde	137
23. Castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos; atendimento prioritário e dever de comunicação ao Conselho Tutelar (art. 13)	138
24. Encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude das mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para adoção (art. 13)	139
25. A Vacinação da Criança	139
26. Internação de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas	140
27. Recusa de Procedimento de Transfusão de Sangue	142

3

DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE	143
---	-----

Capítulo II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

1. Direito à liberdade (art. 15)	144
2. Direito à liberdade e o “toque de recolher” (art. 15)	145
2.1. Argumentos contrários à implantação do “toque de recolher” por meio de portaria judicial	145
2.2. Argumentos favoráveis à implantação do “toque de recolher”	148
3. Direito à participação na vida política (art. 16, VI)	151
4. A parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças	152
5. Direito ao respeito (arts. 17 e 18)	153
6. Lei Menino Bernardo – Lei n. 13.010/2014	153
7. Veiculação de imagens de crianças e adolescentes em material jornalístico	156
8. <i>Bullying</i> e as Leis nº 13.185/2015 e 14.811/2024	157
9. Identidade e liberdade das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado	159

4

DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	161
---	-----

Capítulo III – Do direito à convivência familiar e comunitária

Seção I – Disposições gerais

Seção II – Da família natural

1. Direitos à convivência familiar e comunitária	164
2. Direitos à convivência familiar e a Lei Nacional da Adoção (Lei n. 12.010/2009)	165
3. Programas de acolhimento familiar, institucional e prazos legais pertinentes	166
4. Classificação trínaria de família	168
5. Conceito e características da família natural	168
6. Conceito e características da família extensa ou ampliada	169
7. Socioafetividade e eudemonismo como critérios para a formação das novas famílias	169
8. Mãe adolescente (art. 19, §§ 5.º e 6.º)	170
9. Parto anônimo (art. 19-A)	171
10. Apadrinhamento (art. 19, §§ 5.º e 6.º)	175
11. Igualdade entre os filhos (art. 20)	177
12. Poder familiar e a plena isonomia entre gêneros (art. 21)	177
13. Conceito, principais características e titulares do poder familiar (arts. 21 e 22)	178
14. Perda ou suspensão do poder familiar (art. 24)	179
15. Carência de recursos materiais e perda ou suspensão do poder familiar (art. 23, § 1.º)	179
16. Convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade (art. 23, § 2.º)	179
17. Alienação parental e a Lei n. 12.318/2010	180

5

DA FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	187
----------------------------	-----

Seção III – Da família substituta	187
--	------------

Subseção I – Disposições gerais	187
--	------------

1. Disposições gerais e espécies de famílias substitutas.....	188
2. Opinião da criança e consentimento do adolescente para a colocação em família substituta (art. 28, §§ 1.º e 2.º).....	188
3. Critérios para colocação em família substituta: grau de parentesco, afinidade e afetividade (art. 28, § 3.º)	190
4. Manutenção dos grupos de irmãos (art. 28, § 4.º).....	191
5. Precedência de preparação gradativa e acompanhamento posterior (art. 28, § 5.º).....	191
6. Exigências adicionais para a colocação em família substituta de criança e adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo (art. 28, § 6.º).....	191
7. Impedimento genérico para colocação em família substituta (art. 29)	192
8. Transferência de criança e adolescente e autorização judicial (art. 30).....	193
9. Preferência pela adoção nacional (art. 31).....	193
10. Termo de compromisso do responsável pela família substituta (art. 32).....	194
11. Relativização do princípio da prioridade da família natural ou extensa.....	194

6

DA GUARDA.....	197
----------------	-----

Subseção II – Da guarda	197
--------------------------------------	------------

1. Conceito de guarda como modalidade de família substituta	198
2. A guarda como “modalidade de colocação em família substituta” ou como “dever” decorrente do exercício do poder familiar	198
3. Guarda compartilhada (Leis ns. 11.698/2008 e 13.058/2014) e guarda alternada	199
4. Guarda compartilhada entre avó e tio	201
5. Revogabilidade da guarda	202
6. Hipóteses de cabimento da guarda	202
7. Guarda conferida a terceiros e a compatibilidade com o direito de visitas e o dever de prestar alimentos dos pais naturais.....	202
8. Incentivos fiscais e subsídios para estímulo do acolhimento sob guarda.....	203
9. Substituição da expressão “órfão” por “afastado do convívio familiar”	203
10. Programa de acolhimento familiar e recebimento sob a forma de guarda.....	203
11. Guarda para fins exclusivamente previdenciários.....	204
12. Guarda e condição de dependente para fins previdenciários da criança ou adolescente	204
13. Guarda por avós.....	205
14. Ação de guarda: ação dúplice quando proposta por um dos genitores em face do outro.....	206

7

DA TUTELA	207
-----------------	-----

Subseção III – Da tutela	207
---------------------------------------	------------

1. Conceito de tutela.....	207
2. Idade máxima do tutelado.....	208

3. Especialização de hipoteca legal e caução.....	208
4. Tutela testamentária.....	209
5. Destituição da tutela.....	210
6. Hipóteses de perda do poder familiar.....	210

8

DA ADOÇÃO.....	211
----------------	-----

Subseção IV – Da adoção..... 211

1. Evolução do instituto da adoção e a disciplina atual no Estatuto.....	215
2. Conceito e espécies de adoção.....	216
3. Adoção por casais homoafetivos e adoção unilateral por companheiro homoafetivo.....	220
4. Adoção conjunta e guarda compartilhada.....	223
5. Características da adoção.....	223
5.1. Constituída por ato personalíssimo.....	223
5.2. Excepcional.....	223
5.3. Irrevogável.....	225
5.4. Incaducável.....	225
5.5. Plena.....	226
5.6. Constituída por sentença judicial.....	226
6. Requisitos subjetivos para adoção.....	228
7. Requisitos objetivos para adoção.....	229
7.1. Requisitos de idade.....	229
7.2. Consentimento dos pais (ou destituição do poder familiar) e do adolescente.....	229
7.3. Precedência de estágio de convivência.....	230
7.4. Prévio cadastramento e Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA.....	232
8. Impedimentos para adoção.....	236
9. Adoção excepcional de neto por avós.....	236
10. Adoção personalíssima <i>intuitu personae</i> e a dispensa do prévio cadastramento e do respeito à ordem cronológica de prioridade.....	238
11. Adoção póstuma ou <i>post mortem</i>	240
12. Prazo máximo para conclusão da ação de adoção.....	241
13. Quadro geral da adoção.....	241
14. Direito à paternidade científica ou biológica: conhecimento da ascendência genética e acesso aos autos do processo de adoção.....	242
15. Ação de Investigação de Paternidade e a Lei n. 12.004/2009.....	244

9

DA ADOÇÃO INTERNACIONAL.....	247
------------------------------	-----

1. Definição de adoção internacional.....	251
2. Condições para admissibilidade da adoção internacional.....	251
2.1. Intervenção das autoridades centrais estaduais e federal em matéria de adoção internacional.....	252
2.2. Que a colocação em família substituta seja a solução adequada ao caso concreto, sendo a adoção internacional medida subsidiária ou excepcional.....	253
2.3. Observância do estágio de convivência e de parecer favorável da equipe interprofissional.....	254

2.4. Preferência pela adoção internacional efetivada por brasileiros residentes no exterior ..	254
3. A condição do estrangeiro residente no Brasil	255
4. A nacionalidade do adotado na adoção internacional.....	255
5. Procedimentos para a adoção internacional.....	256
6. Complexo de atos para a adoção internacional em que o Brasil é o país de origem	256
6.1. Fase preparatória e de habilitação.....	257
6.2. Pedidos de habilitação por meio de credenciamento.....	257
6.3. Da fase judicial de adoção	258
7. Da recepção da adoção por brasileiro realizada no exterior (art. 52-B)	259
8. O Brasil como o país de acolhida (arts. 52-C e 52-D).....	259
9. Sentença estrangeira de adoção e homologação do Superior Tribunal de Justiça	260
10. Opção provisória de nacionalidade brasileira de crianças adotadas no exterior por brasileiros.....	261

10

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	263
---	-----

Capítulo IV – Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	263
--	------------

1. Esclarecimentos prévios.....	265
2. O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer na Constituição Federal.....	265
3. Observações gerais sobre a educação básica	266
4. A educação infantil como início da educação básica.....	267
5. Creche e pré-escola: dever constitucional do Poder Público Municipal	268
6. Considerações sobre o ensino fundamental.....	270
7. O ensino médio	270
8. O princípio da universalização do ensino.....	270
9. Acesso à escola pública e gratuita próxima da residência – Critério do georreferenciamento versus superior interesse da criança	271
10. Atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino	271
11. Subdireitos da educação	272
11.1. O dever fundamental de os pais matriculem seus filhos.....	272
11.2. O dever dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental	273
11.3. O dever dos municípios de estimularem e facilitarem a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer	273
11.4. Atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.....	273
12. Direito à educação e impossibilidade de aplicação da reserva do possível – REsp 1.185.474/SC	274
13. Prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência de aulas em dia de guarda religiosa.....	274
14. Acompanhamento Integral para Educandos com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade	275
15. Medidas de Proteção à Criança e ao Adolescente Contra a Violência nos Estabelecimentos Educacionais ou Similares	275
16. Certidões de Antecedentes Criminais dos Colaboradores.....	276
17. Direito à Educação Digital.....	277

18. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Lei nº 15.247/ 2025).....	277
18.1. Apontamentos iniciais.....	277
18.2. Princípios do Compromisso.....	278
18.3. Adesão.....	278
18.4. Estrutura e governança.....	279
18.5. Sistemas de Avaliação.....	279
19. Quadro geral da educação no Brasil.....	279

11

DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	281
---	-----

Capítulo V – Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho..... 281

1. Considerações iniciais.....	282
2. Núcleo do direito fundamental à profissionalização e à proteção do trabalho.....	282
2.1. Todas as crianças possuem os mesmos direitos fundamentais que adultos.....	283
2.2. São proibidas quaisquer normas discriminatórias contra crianças e adolescentes.....	284
2.3. Como são pessoas em desenvolvimento, crianças e adolescentes possuem mais direitos que adultos, direitos esses que lhe são específicos.....	285
3. Trabalho educativo.....	293
3.1. Esclarecimentos prévios.....	293
3.2. Conceito.....	295
4. Da aprendizagem.....	296
4.1. Previsão legal.....	296
4.2. Conceito.....	296
4.3. Espécies.....	297
4.4. Requisitos.....	298
4.5. Sujeitos envolvidos na relação de aprendizagem.....	300
4.6. Características e condições de realização da aprendizagem.....	301
4.7. Direitos do aprendiz.....	302
4.8. Extinção do contrato de aprendizagem.....	303
5. Estágio.....	305
5.1. Conceito.....	305
5.2. Espécies.....	305
5.3. Requisitos.....	306
5.4. Sujeitos envolvidos na relação de estágio.....	308
5.5. Características e condições de realização do estágio.....	312
5.6. Direitos do estagiário.....	313
5.7. Extinção da função de estagiário.....	314
5.8. Fraude à lei e aplicação do princípio da primazia da realidade.....	314
6. Distinções entre aprendizagem e estágio.....	315
7. A relação de trabalho da qual fazem parte crianças e adolescentes que participam de peças teatrais, filmes, novelas e outras produções artísticas.....	315
8. Das atividades voluntárias.....	316

12

DA PREVENÇÃO	317
--------------------	-----

⊙ Título III – Da prevenção	317
Capítulo I – Disposições gerais	317
Capítulo II – Da prevenção especial	319
Seção I – Da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos	319
Seção II – Dos produtos e serviços	320
1. Dever fundamental de prevenir a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente	320
2. Prevenção especial quanto aos maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes	321
3. Políticas Públicas Voltadas a Coibir o Uso de Castigo Físico e o Tratamento Cruel ou Degradante	322
4. Crianças com Deficiência	323
5. Comunicação ao Conselho Tutelar	323
6. Regulação das diversões e espetáculos públicos	324
6.1. Observações Preliminares	324
6.2. Novidades introduzidas pela Portaria MJSP nº 1.048/2025	324
7. Venda ou Aluguel de Fitas de Programação em Vídeo	326
8. Revistas e Publicações	326
9. Estabelecimentos com Exploração Comercial de Bilhar	327
10. Proibição de venda à criança ou ao adolescente	327
11. Hospedagem de criança e adolescente	328
12. Proibições de prestação de serviços e de vendagem de produtos a crianças e adolescentes ..	328
13. Proibição de fabricação, importação, comercialização, distribuição e propaganda de embalagens ou produtos destinados ao público infantojuvenil que reproduzam a forma de cigarros ou similares – Lei n. 12.921/2013	329
14. Comercialização de alimentos para lactantes e crianças na primeira infância	329
15. Do direito à publicidade adequada	329
16. Fornecimento de produtos e serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças ou adolescentes ou de acesso provável por eles	329

13

DA AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR	331
----------------------------------	-----

Seção III – Da autorização para viajar	331
---	-----

1. Direito de locomoção de crianças e adolescentes	332
2. Regras relativas à autorização para viajar	332
2.1. Viagem nacional	332
2.2. Viagem internacional	333
3. Direito ao transporte	334

14

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	335
----------------------------------	-----

LIVRO II – PARTE ESPECIAL	335
--	-----

⊙ Título I – Da política de atendimento	335
--	-----

Capítulo I – Disposições gerais	335
--	-----

1. Conceito de política de atendimento	337
2. O Direito à Assistência Social	338
3. Tipificação dos Serviços Assistenciais	339
4. Das linhas de ação da política de atendimento	340
4.1. Aspectos gerais	340
4.2. Sistema nacional de acompanhamento e combate à violência nas escolas (SNAVE)	342
4.3. Política nacional de atenção psicossocial nas comunidades escolares – Lei n. 14.819/2024	342
5. Classificações das linhas de atendimento	343
6. Das diretrizes da política de atendimento	345
6.1. Compreendendo as diretrizes	345
6.2. Atendimento Inicial Integrado e o Núcleo de Atendimento Integrado	345
7. Da municipalização do atendimento	346
8. Dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	348
8.1. Regras Gerais	348
8.2. Deveres Funcionais de Membros dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	350
8.3. Participação de Adolescentes no Conanda	352
8.4. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	353
8.5. Divulgação dos Atos Praticados pelos Conselhos de Direitos (art. 260-I, do Estatuto)	354
9. Do fundo vinculado aos Conselhos de Direitos	355
10. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	358
10.1. Política de Atendimento	358
10.2. A Resolução nº 113 (retificada pela Resolução n. 117)	358
10.3. Eixos estratégicos de ação	359
10.4. Política Nacional de Formação Continuada para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	360
11. Sistema Nacional de Juventude	361
12. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência	361
12.1. Contextualização	361
12.2. Tipos de violência	362
12.3. Regulamentação do sistema de garantia	364
12.4. Grupos intersetoriais	365
12.5. Comunicação ou denúncia	366
12.6. Atendimento à Criança e ao Adolescente Pertencente a Povos ou Comunidades Tradicionais	366
12.7. Escuta especializada x depoimento especial	367
12.8. Crime tipificado na Lei n. 13.431/2017	368
12.9. Resolução CNMP nº 287, de 12/03/2024 – Atuação integrada do Ministério Público	368

13. Lei Menino Henry Borel (Lei nº 14.344/2022)	369
13.1. Aspectos iniciais	369
13.2. Afastamento do lar do agressor	371
13.3. Medidas Protetivas de Urgência	371
13.4. Crimes	372
13.5. Cadastro Nacional de Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes	373
13.6. A Parentalidade Positiva e o Direito ao Brincar como Estratégias Intersectoriais de Prevenção à Violência contra Crianças	373
13.7. Polícia não Pode Exigir que Ministério Público Antecipe Providências em casos envolvendo crianças e adolescentes	374
14. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	374
14.1. Considerações Iniciais	374
14.2. O que é o Abuso e a Exploração Sexual de Criança e do Adolescente?	375
14.3. Objetivos	377
15. Violência Vicária como Forma de Violência de Gênero (Resolução Conjunta Conanda/CNDM nº 1, de 18/09/2025)	377
15.1. Definição de Violência Vicária	377
15.2. <i>Lawfare</i> de Gênero	378
16. Medidas relativas à proteção das crianças e adolescentes em grandes eventos realizados no Brasil (Resolução 277, Conanda)	379
17. Compromisso pela Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes	379
18. Programa Criança Feliz	380
19. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM	381
20. Atendimento à Criança e ao Adolescente com Deficiência	383
20.1. Estatuto da Pessoa com Deficiência	383
20.2. A Pessoa com Deficiência e a Constituição de Família	384
20.3. Adoção de Pessoa com Deficiência	384
20.4. Resolução Conjunta nº 1, de 24.10.2018, do Conanda e do Conade	384
21. Sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância	387

15

DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO	389
------------------------------------	-----

Capítulo II – Das entidades de atendimento	389
Seção I – Disposições gerais	389
Seção II – Da fiscalização das entidades	393

1. Conceito de entidade de atendimento	394
2. Classificação das entidades de atendimento	394
3. Os regimes de atendimento	394
4. O regime de atendimento de acolhimento familiar	395
5. O regime de atendimento de acolhimento institucional	396
6. Relatório encaminhado pelas entidades de acolhimento institucional e acolhimento familiar	397
7. A inscrição dos programas ou regimes de atendimento (art. 90, §§ 1.º e 3.º)	397
8. Os recursos utilizados pelas entidades de atendimento	399

9.	O registro das entidades de atendimento (art. 91)	400
9.1.	Regras Gerais do Registro das Entidades Não Governamentais.....	400
9.2.	Registro das Entidades Não Governamentais Socioeducativas de Semiliberdade e de Internação.....	400
9.3.	Registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional.....	400
10.	Dos princípios regentes do programa de acolhimento familiar ou institucional.....	401
11.	O recebimento excepcional sem autorização judicial.....	403
12.	O princípio da incompletude institucional (art. 94, § 2.º).....	404
13.	Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.....	404
14.	Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de internação	405
15.	Requisitos para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento de internação ou de semiliberdade	408
16.	Requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação	408
17.	A fiscalização das entidades de atendimento.....	408
18.	Sistema de responsabilização por desvios praticados pelas entidades	409
19.	Penalidades.....	409
20.	Estratégias para o Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.....	410

16

DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO	411
-------------------------------	-----

☉ Título II – Das medidas de proteção	411
--	-----

Capítulo I – Disposições gerais	411
--	-----

Capítulo II – Das Medidas Específicas de Proteção	411
--	-----

1.	Definição de medidas de proteção (ou medidas protetivas)	415
2.	Competência para aplicação das medidas protetivas.....	415
3.	Atribuição da execução das medidas protetivas.....	416
4.	Visão conjunta das medidas protetivas de acolhimento institucional e acolhimento familiar ..	416
5.	Inserção em acolhimento familiar	418
6.	Acolhimento institucional	420
7.	Diferenças entre abrigo institucional, casa-lar e república	422
8.	As Audiências Concentradas (Provimento nº 118, de 29.06.2021)	423
9.	Princípios que regem as medidas protetivas – Extensão a todo o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	423
10.	O ajuizamento da ação de destituição do poder familiar pelo Ministério Público.....	424
11.	Discordância judicial.....	427
12.	Procedimento para a Inserção em Acolhimento.....	427
12.1.	Observações Preliminares	427
12.2.	Ordem Judicial de Acolhimento	427
12.3.	Guia de Acolhimento	428
12.4.	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	429
12.5.	Procedimento de Execução de Medida Protetiva de Acolhimento.....	430
12.6.	Atuação do Ministério Público na Execução da Medida Protetiva de Acolhimento.....	433
12.7.	Ações decorrentes do acolhimento.....	433
13.	Regularização do Registro Civil	434

17

DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL.....	437
------------------------------------	-----

☉ Título III – Da prática de ato infracional	437
---	-----

Capítulo I – Disposições gerais	437
--	-----

1. O princípio da reserva legal e o ato infracional	437
2. Garantia da imputabilidade penal e as propostas de redução da maioridade penal	438
3. Ato infracional praticado por criança.....	439
4. Das medidas protetivas que podem ser aplicadas às crianças em razão da prática de ato infracional.....	440
5. Do ato infracional praticado em outro país e a impossibilidade de extradição	440
6. O filho adolescente de embaixador pode ser beneficiado pela imunidade diplomática e não estar sujeito à ação socioeducativa?	440
7. Ato infracional e princípio da insignificância.....	441

18

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS.....	445
-------------------------------	-----

Capítulo II – Dos direitos individuais	445
---	-----

1. Hipóteses taxativas da privação da liberdade do adolescente.....	445
2. O flagrante de ato infracional.....	446
3. A <i>apreensão</i> em decorrência de cumprimento de ordem judicial.....	446
4. A comunicação à autoridade judiciária e à família do adolescente, ou à pessoa por ele indicada.....	447
5. A análise da possibilidade de liberação do adolescente.....	447
6. A internação provisória: definição e características.....	448
7. A identificação do adolescente	452
8. Seria possível o armazenamento de dados de adolescentes em banco de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal?	453

19

DAS GARANTIAS PROCESSUAIS.....	455
--------------------------------	-----

Capítulo III – Das Garantias Processuais	455
---	-----

1. As garantias processuais.....	455
2. O art. 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU	456
3. A Súmula 342 do STJ e o devido processo legal.....	457
4. Pleno e formal conhecimento da atribuição.....	458
5. Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.....	458
6. Defesa técnica por advogado.....	459
7. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.....	459
8. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.....	460
9. Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento	460
10. Garantias processuais e execução de medida socioeducativa.....	460

20

DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	461
----------------------------------	-----

Capítulo IV – Das medidas socioeducativas	461
--	-----

Seção I – Disposições gerais.....	461
-----------------------------------	-----

Seção II – Da advertência.....	462
--------------------------------	-----

Seção III – Da obrigação de reparar o dano.....	462
---	-----

Seção IV – Da prestação de serviços à comunidade.....	462
---	-----

Seção V – Da liberdade assistida.....	462
---------------------------------------	-----

Seção VI – Do regime de semiliberdade.....	463
--	-----

Seção VII – Da internação.....	463
--------------------------------	-----

1. Definição das medidas socioeducativas.....	464
2. Aplicabilidade Excepcional do Estatuto aos jovens de 18 a 21 anos.....	466
3. A instrumentalidade e a precariedade das medidas socioeducativas.....	468
4. As medidas socioeducativas segundo a abrangência pedagógica.....	469
5. A classificação das medidas socioeducativas (de acordo com Flávio Américo Frassetto).....	470
6. Medida socioeducativa de advertência.....	471
7. Obrigação de reparar o dano.....	473
8. Prestação de serviços à comunidade.....	473
9. Liberdade assistida.....	475
10. Medida de semiliberdade.....	476
11. Medida de internação.....	479
12. Modalidades de internação.....	479
13. Da internação sem tempo determinado (mas, sempre limitado a 3 anos).....	479
14. Internação com tempo determinado ou internação-sanção.....	488
15. Aplicação das escusas absolutórias.....	489
16. Da aplicação das medidas socioeducativas.....	490
17. Cumulação de medidas socioeducativas.....	491
18. Da substituição das medidas socioeducativas.....	492
19. Da extinção das medidas socioeducativas.....	493
20. Da execução das medidas socioeducativas.....	493
21. Reflexos da Lei n. 12.010/2009 no estudo das medidas socioeducativas.....	493
22. Da prescrição das medidas socioeducativas – Súmula 338 do STJ.....	495
23. Direitos do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação.....	498
24. Direitos assegurados aos internos que eventualmente se encontrem em cadeia pública ou centro de detenção provisória, em razão de delito praticado enquanto em cumprimento de medida socioeducativa.....	498
25. Direitos dos internos.....	498
26. A vedação da incomunicabilidade.....	501
27. Dever do Estado de zelar pela integridade física do interno.....	501
28. Direitos genéricos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa... ..	501
29. Efeitos do reconhecimento da autoria de atos infracionais e da aplicação das medidas socioeducativas em relação às infrações penais (crimes) praticadas posteriormente.....	502
30. Diretrizes e procedimentos para a transferência interestadual de adolescentes e jovem em	

cumprimento de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade	503
31. Execução das Medidas Socioeducativas.....	504
31.1. Obrigatoriedade da Instauração da Execução	504
31.2. Princípios que Regem a Execução	504
31.3. Intervenção da Defesa e do Ministério Público	505
31.4. Princípio da Individualidade	506
31.5. Guia de Execução de Medida Socioeducativa.....	506
31.6. Plano Individual de Atendimento	508
31.7. Reavaliação das Medidas Socioeducativas	509
31.8. Unificação de Medidas Socioeducativas	511
31.9. Extinção das Medidas Socioeducativas.....	513
32. Diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade.....	514

21

DA REMISSÃO	519
-------------------	-----

Capítulo V – Da remissão..... 519

1. Definição de remissão.....	519
2. Espécies de remissão.....	520
3. A remissão pré-processual ou ministerial	521
4. A remissão processual ou judicial	522

22

DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL.....	525
--	-----

☉ Título IV – Das medidas pertinentes aos pais ou responsável..... 525

1. Sujeição e cabimento das medidas pertinentes	526
2. Lei n. 12.010/2009 e as medidas pertinentes “preferenciais”	526
3. Competência ou atribuição para aplicação das medidas pertinentes	527
4. Necessidade de procedimento autônomo para algumas medidas pertinentes	528
5. Hipóteses de cabimento: as medidas pertinentes em espécie	529
5.1. Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família (art. 129, I).....	529
5.2. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (art. 129, II).....	529
5.3. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico (art. 129, III)	529
5.4. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação (art. 129, IV).....	530
5.5. Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar (art. 129, V).....	530
5.6. Obrigação de encaminhar a criança ou o adolescente a tratamento especializado (art. 129, VI)	530
5.7. Advertência (art. 129, VII).....	530
5.8. Perda da guarda (art. 129, VIII).....	531
5.9. Destituição da tutela (art. 129, IX).....	531

5.10. Suspensão ou destituição do poder familiar (art. 129, X).....	531
6. Configuração da infração administrativa disposta no art. 249 do Estatuto.....	531
7. Maus-tratos, opressão ou abuso e medida cautelar de afastamento do agressor (art. 130).....	531

23

DO CONSELHO TUTELAR.....	533
--------------------------	-----

☉ Título V – Do Conselho Tutelar	533
Capítulo I – Disposições gerais	533
Capítulo II – Das Atribuições do Conselho	534
Capítulo III – Da competência	535
Capítulo IV – Da escolha dos conselheiros	535
Capítulo V – Dos impedimentos	536

1. A participação popular e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.....	536
2. Definição de Conselho Tutelar.....	536
3. Os Municípios e os Conselhos Tutelares.....	539
4. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: capacidade para votar.....	540
5. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: requisitos estabelecidos pelo Estatuto e a possibilidade de serem estabelecidos requisitos adicionais e de ser realizada prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente.....	540
6. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: regras de organização e fiscalização.....	541
7. A quantidade de conselheiros por Conselho Tutelar.....	543
8. Prerrogativas dos conselheiros tutelares.....	543
9. Impedimentos para exercício da função pública de conselheiro tutelar.....	544
10. A suspensão ou cassação do mandato de conselheiro – via administrativa.....	544
11. A cassação de mandato de conselheiro – via judicial.....	544
12. Conselho Tutelar não pode executar medida socioeducativa e de proteção.....	545
13. Atribuições do Conselho Tutelar.....	545
14. As decisões colegiadas provenientes do Conselho Tutelar.....	550
15. A impugnação das decisões provenientes do Conselho Tutelar (art. 137).....	550
16. Competência.....	550
17. Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.....	551
18. Quadro sintético do Conselho Tutelar e dos conselheiros tutelares.....	551

24

DO ACESSO À JUSTIÇA.....	553
--------------------------	-----

☉ Título VI – Do acesso à justiça	553
Capítulo I – Disposições gerais	553

1. O Princípio do Acesso à Justiça.....	554
2. A Justiça Restaurativa.....	555
3. O Acesso à Justiça e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – <i>Regras de Beijing</i>	556

4. Garantia de Acesso à Justiça no Estatuto.....	557
5. Assistência Judiciária Gratuita.....	558
6. Isenção do pagamento de custas e emolumentos.....	558
7. Assistência e representação como formas de integração da capacidade processual.....	558
8. O curador especial.....	558
9. Atos Socialmente Típicos Praticados por Crianças.....	558
10. Os incapazes podem responder civilmente por danos causados?.....	559
11. Vedação de divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional.....	559
12. Das notícias envolvendo a prática de ato infracional.....	559
13. Expedição de cópia ou certidão dos autos.....	560

25

DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	561
--	-----

Capítulo II – Da Justiça da Infância e da Juventude.....	561
Seção I – Disposições gerais.....	561
Seção II – Do juiz.....	561
Seção III – Dos serviços auxiliares.....	563

1. A Vara da Infância e da Juventude e as Regras de Beijing.....	563
2. O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude.....	564
3. A técnica para fixação da competência.....	564
4. A competência da Justiça do Trabalho.....	565
5. A competência da Justiça Federal.....	566
6. Primeira Vara de Menores do Brasil.....	570
7. Criação das Varas da Infância e da Juventude no Âmbito Estadual.....	571
8. A competência da Vara da Infância e da Juventude.....	572
8.1. A competência exclusiva da Vara da Infância e da Juventude.....	572
8.2. A competência concorrente da Vara da Infância e da Juventude.....	573
8.3. Competência das Varas da Infância e da Juventude para o processamento de ações criminais.....	574
8.4. Competência da Vara da Infância e da Juventude para processar e julgar causas envolvendo matrículas de crianças e adolescentes em creches ou escolas.....	576
8.5. Competência da Vara da Infância e da Juventude para decidir sobre autorização para viagem ao exterior.....	576
8.6. As Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	577
9. A competência territorial.....	577
9.1. Regra geral de competência territorial.....	577
9.2. Para o julgamento e processamento das ações cíveis.....	578
9.3. Para o julgamento de ação de guarda estando um dos pais no estrangeiro.....	579
9.4. Para o julgamento e processamento da ação socioeducativa.....	579
9.5. Para a execução de medidas socioeducativas e protetivas.....	579
9.6. Para a aplicação de medida protetiva estando o adolescente em outra comarca.....	580
9.7. Para as infrações cometidas através de transmissão simultânea de rádio ou televisão,	

que atinja mais de uma comarca.....	580
10. Casos de competência da Vara da Infância e da Juventude não mencionados expressamente no art. 148 do Estatuto	581
11. Competência do Juiz da Vara da Infância e da Juventude para baixar portarias e conceder alvarás	581
12. A diferença entre portaria e alvará.....	581
13. Fatores que devem ser levados em consideração pelo magistrado	582
14. Recurso.....	582
15. Equipe interprofissional.....	582
16. Escuta Especializada e Depoimento Especial	584

26

DOS PROCEDIMENTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS	587
---	-----

Capítulo III – Dos procedimentos	587
---	-----

Seção I – Disposições gerais	587
---	-----

1. A tutela jurisdicional diferenciada.....	588
2. Procedimentos Processuais Típicos e Atípicos.....	588
3. Aplicação Subsidiária da Legislação Processual Pertinente	589
4. Aplicabilidade das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil aos Procedimentos do Estatuto	590
4.1. Fundamento Constitucional das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil	590
4.2. As Espécies de Normas Fundamentais: princípios e regras jurídicas	591
4.3. Princípio da Prioridade Absoluta e a Tramitação dos Procedimentos.....	592
4.4. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	593
4.5. Princípio da Fundamentação Analítica	595
4.6. Da forma de contagem dos prazos processuais	596
5. Das ações de família	598
6. A regra da flexibilização procedimental e o art. 153 do Estatuto.....	600
7. O direito fundamental à educação e o art. 153	601
8. Destinação das Multas	602
8.1. Regra Geral.....	602
9. Intervenção de Terceiros.....	603

27

PROCEDIMENTO DE PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR	605
--	-----

Seção II – Da perda e da suspensão do poder familiar	605
---	-----

1. Legitimidade ativa.....	607
2. Regras processuais e procedimentais diferenciadas.....	607
3. Prévia destituição do poder familiar para o deferimento da adoção.....	611
4. Tutela de urgência.....	612
5. Da desnecessidade de nomeação de curador especial à criança ou adolescente em caso de ação ajuizada pelo Ministério Público	612

28

DOS PROCEDIMENTOS DA DESTITUIÇÃO DA TUTELA E DA COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA	615
---	-----

Seção III – Da destituição da tutela	615
---	------------

Seção IV – Da colocação em família substituta	615
--	------------

1. Da destituição da tutela	617
2. Procedimento para colocação em família substituta	617
3. Procedimento da adoção nacional e internacional	618
4. O procedimento de colocação em família substituta se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou se houverem aderido expressamente ao pedido	618
5. O consentimento dos pais para colocação em família substituta	619
6. O procedimento de jurisdição contenciosa para colocação em família substituta	620
6.1. Da petição inicial	620
6.2. A liminar de suspensão do poder familiar	620
6.3. Da citação e resposta dos requeridos	621
6.4. A audiência de instrução e julgamento	621
6.5. A sentença	621
7. A colocação de crianças e adolescentes sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar	621

29

DA APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE	623
--	-----

Seção V – Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente	623
---	------------

1. Providências que antecedem o processo judicial de apuração do ato infracional	627
2. As hipóteses de apreensão de adolescentes	627
3. Providências a serem tomadas pela autoridade policial em razão da apreensão por flagrante	629
4. A liberação do adolescente aos seus pais ou responsável	630
5. A não liberação do adolescente aos seus pais ou responsável	630
6. As providências a serem efetivadas em razão da prática de ato infracional por criança	630
7. A oitiva informal promovida pelo Ministério Público	631
8. A notificação do adolescente para comparecimento à oitiva informal	632
9. Não obrigatoriedade de participação de Defensor na oitiva informal, salvo nos casos de concessão de remissão cumulada com medida socioeducativa	632
10. O não comparecimento de adolescente à oitiva informal	632
11. As providências a serem tomadas pelo Ministério Público após a oitiva informal do adolescente	633
12. O arquivamento dos autos	633
13. O <i>habeas corpus</i> e o mandado de segurança promovidos para correção de ato praticado pela autoridade policial	633
14. Excepcionalidade do procedimento e a Justiça Restaurativa	634
15. Sistema de Nulidades Processuais	636
16. A fase judicial da apuração do ato infracional	637